

Sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - uma experiência de ação afirmativa na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Mirian Alves Leite – Profissional de Nível Superior da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, atuando como Supervisora e Orientadora Pedagógica do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; Tutora a Distância das Disciplinas de Fundamentos da Educação, Filosofia e Psicologia, do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/CEDERJ.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é fruto da reflexão dos diversos segmentos participantes do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil enquanto política pública que visa oferecer educação às crianças e adolescentes que trabalham para prover, manter e sustentar toda família, esta que quase sempre é numerosa e composta por pessoas que se encontram no emprego não formal ou no subemprego.

Não distante dessa realidade temos profissionais com formação em nível superior, na sua maioria, mas que por questões financeiras aceitam trabalhar sem vínculo empregatício, com baixos salários e sendo substituídos trimestralmente. A maioria não tem experiência anterior em trabalho semelhante, o que acarreta dificuldades no ritmo inicial de trabalho, pois além da inexperiência, há a quebra de vínculo afetivo das crianças e adolescentes com esse profissional chamado de dinamizador e que, devido ao tipo de contrato com a ONG – Organização não Governamental, e esta com a Prefeitura, a cada três meses é substituído por outro, que por sua vez, tem a difícil missão de criar um novo vínculo “temporário” com as crianças e os adolescentes do programa.

O corpo de profissionais tem formação de professores em nível médio e a maioria está cursando ou concluiu o ensino superior, escolaridade que pouco facilita o desenvolvimento do trabalho no seu cotidiano, uma vez que o conteúdo utilizado pelos cursos na área de ciências humanas que não trata ou pouco enfatiza questões sociais mal resolvidas e desafiadoras para toda sorte de políticas públicas, como é o caso do trabalho infantil, baixo nível de apreensão do conteúdo escolar, repetição das séries iniciais do ensino fundamental e a evasão escolar após a idade obrigatória, a qualificação profissional, o desemprego, as condições de moradia da maioria da população etc.

Este trabalho se propõe a mostrar um estudo inicial sobre as expectativas de um futuro melhor, que não deixa de ser almejado pelos público-alvo do PETI, assim como, pelos dinamizadores, que igualmente se sentem excluídos do processo de inclusão social por parte das políticas públicas oferecidas no âmbito federal, estadual e municipal.

PERFIL DO PROGRAMA E AS LEIS

O PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, faz parte de um conjunto de políticas públicas do governo federal cujo objetivo principal é oferecer atendimento as crianças e adolescentes de até quinze anos e onze meses em horário alternativo ao escolar, assegurando através do Programa Bolsa Família a condição necessária para que os mesmos mantenham-se na escola, não exerçam atividades consideradas inadequadas à sua faixa etária e nem visem o ganho financeiro.

Em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal 8.069/1990), o PETI é fruto do trabalho parceiro entre as esferas dos governos federal

(responsável principalmente pelo repasse de verba), estadual (responsável pela supervisão do Programa) e municipal, cabendo as prefeituras o desenvolvimento do trabalho na ponta, ou seja, com os usuários e seus familiares.

Como política pública, o trabalho do PETI se destaca pela problemática específica de enfrentamento de uma das questões sociais mais desumana e contraditória, pois, ao mesmo tempo em que submete, exige, força o ingresso e a participação de crianças e adolescentes precocemente no mercado de trabalho informal e até marginal, lhes rouba o direito de exercer plenamente a sua cidadania expondo-o a situações vexatórias explícitas de demonstração de necessidade, o que contraria as próprias leis responsáveis pela criação de mecanismos para proteger e atender através dos programas sociais e serviços, que por sua vez, são parte da Política Pública de Assistência Social (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS/1993).

Essa dura realidade é confrontada cotidianamente por familiares e responsáveis por crianças e adolescentes que, freqüentemente, são os mantenedores de suas famílias através do trabalho infantil. Assim, dentro do contexto dessas famílias é comum o desemprego e o subemprego dos adultos — quando possuem algum tipo de renda, esta costuma ser inferior ao alcançado diariamente pelos filhos legítimos e ilegítimos através do trabalho infantil, ou é proveniente de políticas de proteção básica e especial, nas quais os filhos estão inseridos.

A utilização do trabalho infantil como complementação da renda familiar, “para comprar seus objetos pessoais, para o lanchinho, para melhorar o café da manhã, para a roupa das festas de final de ano, para o tênis mais caro que eu não posso comprar etc.”, são algumas das muitas respostas pontuadas pelos responsáveis em reuniões do PETI com a equipe técnica formada por um Pedagogo e Assistentes Sociais; para justificar a concordância e apoio inserção precoce dos filhos nas diversas atividades no mundo do trabalho.

É importante destacar que nas reuniões com os pais, estes quase sempre não conseguem perceber que o direito básico de seus filhos como estudar, divertir-se, dormir toda uma noite etc., enfim, ser criança/adolescente, lhes está sendo negado; ao mesmo tempo em que, por adquirirem ganhos mais altos que os pais e responsáveis, os filhos estão assumindo as responsabilidades que cabem aos adultos.

A Constituição da República Federativa do Brasil é clara quanto aos direitos dos cidadãos de pouca idade e a responsabilidade da família e da sociedade em geral para com os mesmos. Porém o que observamos é o surgimento, quase que diário, de bolsões de pobreza que gerados pela situação de miserabilidade tanto econômica quanto moral por parte da população como um todo que, ou não possui os meios para assegurar o acesso e a utilização dos bens básicos como habitação, saúde, diversão, vestuário, alimentação, educação etc, ou, no outro extremo social, desfrutam de condições privilegiadas de sobrevivência mas, que nem por isso lhes compromete como protagonistas da mudança do quadro vergonhoso de desigualdade social que impera no Brasil.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA é uma lei recente e que veio contribuir de maneira efetiva para a mudança do quadro vexatório que encontram-se meninos e meninas da sociedade brasileira, exercendo trabalho infantil das mais variadas espécies: doméstico em casa de terceiros ou na própria casa, catando lixo, vendedores ambulantes, na mendicância, como engraxates, em carpintarias, marcenarias, serralherias e serrarias, na indústria de móveis e calçados, no tráfico de drogas, na

exploração sexual, nas lavouras, extrativismo, nas carvoarias, no garimpo, no setor fumageiro dentre outros que aparecem em escala menor (Vivarta/2003). Na Cidade do Rio de Janeiro há duas modalidades comuns de trabalho infantil, o cobrador de passagens em transportes alternativo, como é o caso de Kombis e vans, e os malabaristas presentes nos sinais de trânsito que não podem e não devem ser iguados aos pedintes tradicionais.

Não é exclusividade da América Latina ou mesmo do Brasil a presença de crianças atuando nos mais diversos tipos de trabalho. Sabemos que essa é uma realidade presente em todo mundo, principalmente em países onde a desigualdade de renda é mais aviltante, vide o Brasil, país que assiste a menos de 10% de sua população deter mais da metade da renda nacional.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o UNICEF – Fundo das Nações Unidas, estimavam que cerca de 240 milhões de crianças e adolescentes entre 05 e 14 anos trabalhavam em todo mundo, e, somente no Brasil, a cifra somava mais de 03 milhões entre 05 e 15 anos, como demonstra a Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (Pnad/Simpoc-OIT/2001).

Com o conhecimento advindo das amplas campanhas publicitárias através de diferentes meios de comunicação com conseqüente conscientização por parte da sociedade sobre as diferentes formas e sutilezas de exploração e abuso de crianças e adolescentes através do trabalho infantil; como era esperado, o sentimento de descontentamento e até indignação aflorou nos diversos segmentos da população que buscou os responsáveis na sociedade civil e no público, dando visibilidade a essa questão que tanto envergonha-nos.

A FAMÍLIA

Não diferente do conhecimento acadêmico, onde: a família sugere-nos um grupo natural de indivíduos unidos por uma dupla relação biológica: por um lado a geração, que dá aos componentes do grupo; por outro as condições de meio que postula o desenvolvimento dos jovens e que mantêm o grupo, enquanto os adultos geradores asseguram essa função (Lacan/1981), o conhecimento popular entende que a família representa local inicial de referência essencial, fundamental para a criança pequena, onde se deve aprender e incorporar valores, regras etc, através de vivências e experiências impregnadas de afeto, juízo, atenção e expectativas que serão frustradas ou atendidas, mas que serão sempre essenciais ao seu desenvolvimento e natural crescimento global.

A família geralmente é apontada como vilã, principalmente pelo entendimento que, em muitas situações de exploração, havia negligência explícita por parte dos familiares. No entanto, o que se via e vê é um círculo vicioso de miséria na qual está mergulhada boa parcela da população. A falta de perspectiva, a quase impossibilidade de enxergar dias melhores traz a certeza de se estar “engessado”, sem ter como e nem porque escapar dessa condição desumana.

O poder público também tem sido reconhecido como co-responsável pela situação de vulnerabilidade que atravessa a população desfavorecida economicamente, uma vez que as suas ações têm por definição e objetivo no Art. 1º da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, que afirma: A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política Pública de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da

sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. No Art. 2º, a assistência tem os objetivos definidos em: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice; II – amparo as crianças e adolescentes carentes.

Nesse contexto, cabe a área de assistência social atender essas famílias, promovendo a inclusão nos programas sociais, levando os pais a refletirem e incentivando-os a otimizarem a relação com seus filhos através das oportunidades que surgem para alcançarem objetivos positivos.

Apesar da conjuntura desfavorável, muitos têm e fortalecem a possibilidade de superar as dificuldades cotidianas através da inclusão em programas de complementação de renda como o PETI, sem perder a perspectiva de crescimento na ação e permanência temporária no programa, este que deve através das diversas ações sócio-educativas apontar a porta de saída da situação de vulnerabilidade em que vivem a maioria das famílias que dele participa.

ENTRAVES DO PROGRAMA

De volta ao PETI e o reconhecendo como parte integrante do conjunto de políticas públicas destinadas à erradicação do trabalho infantil, dentre outras questões de ordem estrutural, penso que o mais importante é iniciarmos a discussão sobre o que tem sido e poderá ser feito com o objetivo e compromisso de incluir socialmente as crianças e profissionais que atuam no PETI, uma vez que, os sonhos, desejos, anseios vão muito além do estar fazendo parte ou frequentar programas de transferência de renda para os que vivem na linha da pobreza ou abaixo da mesma. Não podemos deixar de considerar e dar o devido destaque para a situação dos próprios profissionais que não possuem nenhum tipo de vínculo empregatício tendo que se submeterem a dois contratos trimestrais anualmente.

RESULTADOS DA PESQUISA

A partir do meu trabalho como supervisora do PETI, EM 2006, onde pude realizar uma pesquisa, com 08 das 09 turmas do PETI que supervisionava pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Secretaria Municipal de Assistência Social, 3ª CAS – Coordenadoria de Assistência Social que abrange os bairros do Méier e arredores. Esta área é caracterizada por ter um bairro de classe média rodeado por comunidades que formam bolsões de pobreza com baixo IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, ou seja, grande contingente de famílias vivendo na pobreza com renda mensal abaixo de ¼ do salário mínimo vigente, per capita, ou, na indigência, com renda ainda menor (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2000).

O entendimento do que vem a ser a linha de pobreza está baseado em indicadores como insuficiência de renda para adquirir a cesta regional que atenda as necessidades energéticas da família desconsiderando critérios subjetivos.

As turmas do PETI eram mistas e compostas por 25 crianças e adolescentes entre 07 e 15 anos e 11 meses, no máximo, e que têm uma divisão quase que igualitária quanto à presença de menores ou maiores de doze anos, vide Anexo 01.

A pesquisa contou com a participação dos dinamizadores (7 mulheres e 1 homem) que se comprometeram em distribuir os 200 questionários aos frequentadores, que deveriam

preencher os questionários individualmente. Tivemos um retorno de 53%, o que pode ser considerado bom, uma vez que, não havia obrigatoriedade em responder o questionário e nem de participar da pesquisa. Mesmo contando com 30% dos participantes, recém ingressados no programa, ou seja, no mesmo semestre de realização da pesquisa, Anexo 02, e mais de 60% da população de freqüentadores que está comprovadamente “atrasada” em relação à série (atual ciclo), que deveria estar cursando na escola regular. Cabe salientar que foi possível perceber o esforço feito pela maioria para responder o que estava sendo proposto, perguntado. As respostas em branco nos pareceram muito mais uma incapacidade de expressar através da escrita suas opiniões, do que uma recusa em participar.

É importante destacar que os profissionais denominados dinamizadores têm idade média de 35 anos, e apenas um não teve o prazer de sentar nos bancos escolares de uma universidade, Anexo 03. Mesmo tendo pouca experiência em trabalho similar, demonstram amadurecimento e postura profissional frente às crianças e adolescentes, que por essa razão, têm modelos em quem se espelhar, uma figura positiva do ponto de vista intelectual. Esses profissionais assumem o significado de primeira referência para muitos dos nossos usuários que, talvez por esse motivo, se apegam a visão de mundo trabalhada durante as atividades do programa e, como consequência, criam para si mesmos oportunidades de otimizar as aprendizagens conquistadas em outros espaços sociais. Os dinamizadores mostram preocupação com os diversos tipos de conhecimento e ampliar a visão de mundo dos freqüentadores do PETI tem sido ao mesmo tempo, uma temática constante no trabalho e uma meta a ser atingida. Tal compromisso fica explícito na análise das respostas que oscilam entre conteúdos que levem a reflexão e que despertem o senso crítico através de conteúdos de cunho social e político. Também aparecem respostas que privilegiam igualmente a prática de atividades físicas e recreativas com conteúdo exclusivamente lúdico. Contudo, é necessário frisar que tais atividades só podem acontecer quando conseguimos quadras de esporte emprestadas, ou seja, sem qualquer ônus para o Programa.

Cabe ressaltar que as turmas funcionam em espaços próprios da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, mas predomina em todos nós o sentimento de rejeição da nossa presença, na maioria desses espaços, de não sermos bem vindos. Parece que somos vistos como “primos pobres” e necessitados de caridade alheia. Desse quadro resulta um clima de tensão nesses ambientes e a preocupação em sermos muito cuidadosos, pois podem nos criticar e, ainda, nos responsabilizar por tudo de errado que possa ocorrer nesses espaços.

Embora 100% dos dinamizadores afirmem desenvolver atividades significativas e de interesse dos participantes, temos consciência que os espaços físicos nos tolhem, impedindo que várias iniciativas com o objetivo de desenvolver a autonomia e a livre expressão dos usuários e profissionais aconteçam, o que acarreta em desestímulo, insegurança e, faz retornar o sentimento de inferioridade, comum entre os freqüentadores do PETI, que tanto lutamos contra.

Os freqüentadores mostram-se desesperançados de serem tratados como cidadãos de primeira classe enquanto trabalhadores que são e, essa falta de perspectiva acaba por ser reforçada pelo rodízio de dinamizadores, ou seja, o vínculo empregatício dos dinamizadores tem duração de três meses corridos. Ao final desse tempo o mesmo só poderá ser recontratado depois de ter permanecido mais três meses “stand by”. Tal contrato de trabalho tem trazido para o PETI, cada vez mais, profissionais que não desejam, e não têm retornado ao trabalho após os três meses de espera. Esta situação

promove uma enorme desorganização na cabeça dos usuários que, em sua maioria, não consegue ou não deseja criar vínculo afetivo com o dinamizador por medo de sofrer mais uma perda. Não é meu objetivo fazer uma análise dessa situação tendo como referência teórica a afetividade, porém, é preciso sublinhar que o bom senso não tem prevalecido nas discussões que envolvem o PETI — a análise privilegiada está referendada nos aspectos jurídicos quando deveriam ser considerados olhares mais amplos, ou seja, uma visão multidisciplinar com relevância para os aspectos sociais, educacionais, nutricionais, e porque não, familiares e afetivos, dentre outros.

A baixa auto-estima das crianças e adolescentes do programa, preocupação de 38% dos dinamizadores, tem sido percebida toda vez que ocorre troca de profissional, seja dinamizador, pedagogo, assistente social, há um sentimento forte que perpassa quase todo grupo que se sente desprezado por não ter o seu desejo respeitado (permanência do profissional), gerando assim uma queda na auto-estima.

Dinamizadores do PETI afirmam estarem contribuindo efetivamente com o cumprimento do objetivo primeiro do programa — Erradicação do Trabalho Infantil através das atividades desenvolvidas em complementação ao horário escolar, como evidenciam as respostas encontradas no Anexo 05. Os profissionais afirmam de maneira categórica através de dados como a frequência ao PETI e a escola regular que, o fato de não haver disponibilidade de muito tempo para os participantes do programa ficarem à toa, acaba por ser um fato que dificulta o exercício do trabalho infantil. Com a mesma visão dos adultos, as respostas dos usuários no Anexo 06, demonstram que para 77% dos mesmos o programa mudou radicalmente suas vidas, pois, a bolsa auxílio contribui efetivamente na ampliação da renda familiar, além de não terem mais tempo para andarem e permanecerem nas ruas, portanto abandonaram o trabalho infantil (ver Anexo 07).

Um percentual de 63% dos dinamizadores que possuem a formação acadêmica com nível superior completo afirma que o conhecimento adquirido na universidade foi fundamental para que pudessem utilizar com segurança técnicas que facilitam traçar o perfil da personalidade, autoconhecimento, comportamentos individual e coletivo, técnicas variadas de artes plásticas, executarem projetos que visem à autonomia, criatividade, aceleração do ritmo de aprendizagem dentre outras possibilidades.

Há também um grupo minoritário que não viu importância na formação, pois para os mesmos a formação nada acrescentou a sua prática. Assim consideraram que o fator determinante para o bom desempenho no Programa é o compromisso com a ação educativa.

A título de curiosidade observo que um profissional não respondeu essa pergunta, como pode ser constatado no Anexo 08.

O desejo de concluir o curso universitário ou de ingressar em universidades públicas está disseminado entre os dinamizadores. Este desejo fica evidente através do empenho e busca constante de informação quanto a novas possibilidades e estímulo aos alunos para que possam mudar a realidade individual através do estudo, assim como eles estão fazendo.

As respostas contidas no Anexo 09 demonstram a influência dos dinamizadores na escolha das possíveis profissões de acordo com a escolaridade exigida. A única profissão que não tem exigência de escolaridade e que muitos escolheram é a de jogador de futebol, talvez por estarmos no “país do futebol”. Para minha surpresa é alto o percentual de respostas que demonstram o desejo de serem professores de diferentes

áreas, e finalmente, pode-se constatar que a maioria fez escolha de profissões que exigem formação em nível superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse quadro nos remete a necessidade de pensar e repensar um conjunto de políticas públicas que deve ser adotado para atender os anseios da população, a exemplo das políticas de ação afirmativa, referendadas ou não no argumento de reparações históricas e recentemente implementadas em universidades públicas como a UNB — Universidade de Brasília e UERJ —Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que trazem para o âmbito do estado a necessidade de rever as políticas econômicas e sociais na perspectiva imediata da redução (ou superação) das desigualdades , isto é, da determinação de um acesso aos serviços, de uma universalização dos saberes que não podem mais ser postergados na espera dos efeitos do crescimento, mas que constituem a condição deste (Cocco/2001).

Não é possível falar em ações afirmativas sem mencionar um grupo significativo da população brasileira, são os negros e negras que constituem 45% da população , assim como os 70% dos pobres e miseráveis, ambos presentes no PETI, e que contam com a mudança a partir do combate as desigualdades sociais através da reestruturação de diversas instituições como o sistema de ensino, e por reformulações de políticas massivas de acesso aos direitos fundamentais como saúde, estruturas de comunicação e informação, renda etc., complementadas por políticas de ação afirmativa focadas na inclusão social dos grupos sociais desfavorecidos economicamente e vítimas da discriminação como negros, indígenas, deficientes, mulheres dentre outros (Nascimento/2006).

À guisa de conclusão trago duas contribuições que nos desafiam a repensar o que estamos fazendo de concreto para mudar o quadro de profundas desigualdades da sociedade brasileira. A primeira é um texto do jornalista Arnaldo Jabor que trata da inquietude que deve tomar conta de todos nós cada vez que nos deparamos com meninos e meninas, cada vez mais novos, atuando como malabaristas nos sinais de trânsito da minha cidade, o Rio de Janeiro (Anexo 10); a segunda é a letra do compositor do nordeste brasileiro, Lenine e Moska (Anexo 11), que nos alerta para dura realidade do povo brasileiro que só poderá ser modificada com determinação e vontade política, estas que apontem, que mostrem a população usuária dos diversos programas sociais à Porta de Saída como meio de assegurar à Travessia (GARCIA) da situação de miserabilidade em que vivem.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ÁRIES, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: JC Editora, 2ª ed., 1983.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Federal nº 8.069/1990. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade do Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo, 2000.

BRASIL, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei Federal nº8.742/1993. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS (atual Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS), 2000.

BRASIL, Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (Pnad/Simpoc-OIT/2001).

CARVALHO, Maria do Carmo de (org.). A Família Contemporânea em debate. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

COCCO, Giuseppe. Trabalho e Cidadania: Produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

DONZELOT, J. A Política das Famílias. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª ed., 1986.

GARCIA, Marcelo. Travessia, Mínimos Sociais e Compromissos Mútuos – Passos Fundamentais para Redução Progressiva da Pobreza e de Projetos. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, atual, Secretaria Municipal de Assistência Social, Mimeo.

LACAN, Jacques. A Família. Pelas Bandas da Psicanálise. Assíria e Alvim, 2ª ed, 1981.

LEITE, Mirian Alves. Inclusão Social do Profissional e de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco em um Programa de Erradicação de Trabalho Infantil. VII Congresso Argentino Chileno de Estudos Históricos e Integración Cultural. Salta – República Argentina, Abril, 2007.

LEITE, Mirian Alves e MATTOS, Gisele da Silva. Combate a Vulnerabilidade Social das Crianças e Adolescentes Através da Inclusão Social no Programa de Erradicação Infantil. II Congresso de Serviço Social da Prefeitura do Rio de Janeiro. Família e Proteção Social: Expressões e Representações. Junho, 2007.

NASCIMENTO, Alexandre do. Ação Afirmativa: da Luta do Movimento Social Negro às Políticas Concretas. Rio de Janeiro: CEAP, 1ª ed, 2006.

ROCHA, Sonia. A Pobreza no Brasil. Afinal, de quem se trata? Rio de Janeiro: FGV Editora, 1ª ed., 2003.

RODRIGUES, Ernesto (cons.). Políticas Públicas de / para / com juventudes. Brasília: UNESCO, 2004.

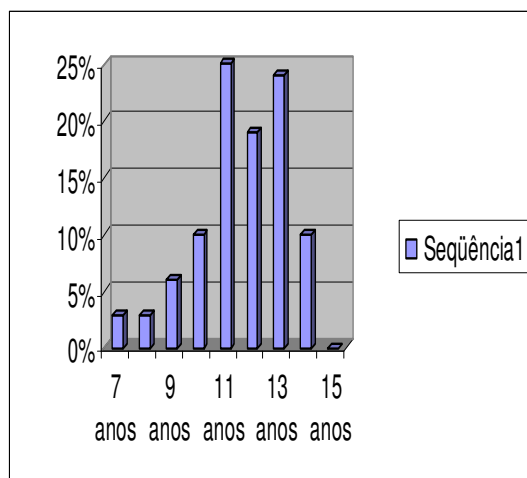
REVISTA QUADRIMESTRAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social e Sociedade – Assistência Social: Políticas e Direitos. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

VIVARTA, Veet (coord.). Crianças Invisíveis: O Enfoque da Imprensa Sobre o Trabalho Infantil Doméstico e Outras Formas de Exploração. São Paulo: Cortez Editora, 2003 - (Série Mídia e Mobilização Social: vol.6).

ANEXOS

Anexo 01

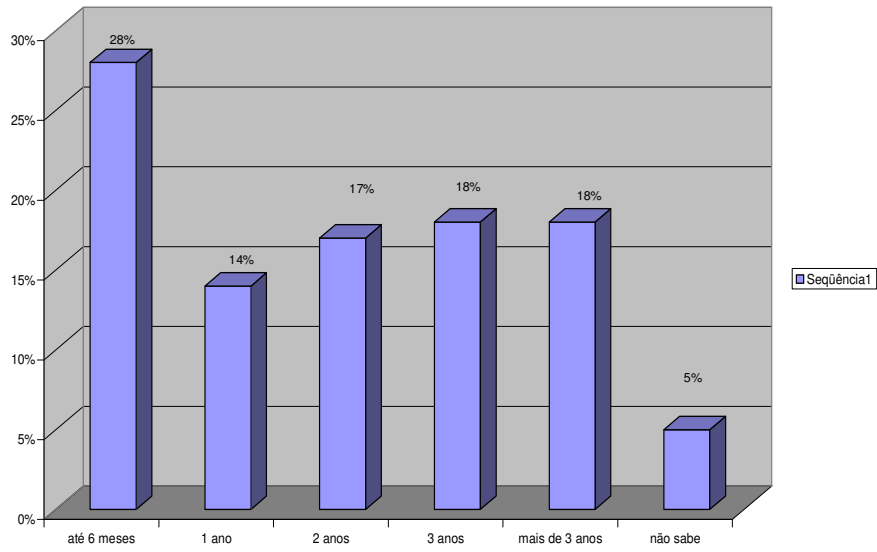
Idadel



- 07 anos – 3%
- 08 anos – 3%
- 09 anos – 6%
- 10 anos – 10%
- 11 anos – 25%
- 12 anos – 19%
- 13 anos – 24%
- 14 anos _ 9%
- 15 anos _ 1%

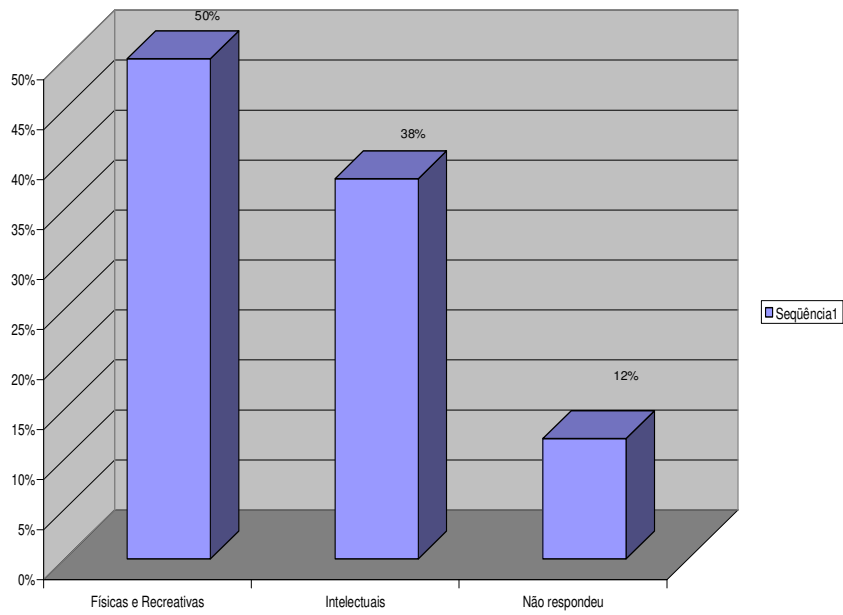
Anexo 02

Tempo que frequenta o PETI



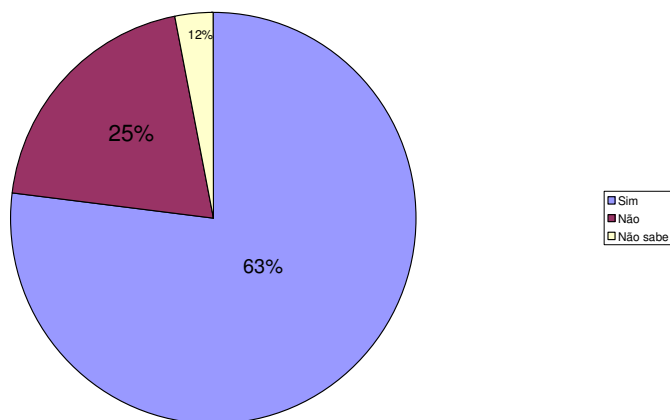
Anexo 03

Atividades significativas



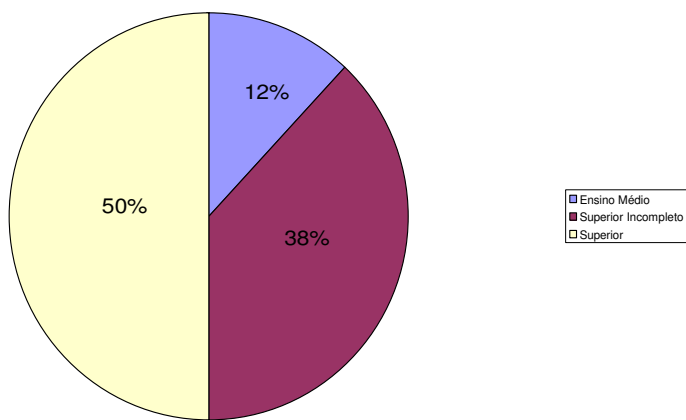
Anexo 04

Eficácia do Trabalho para os Usuários



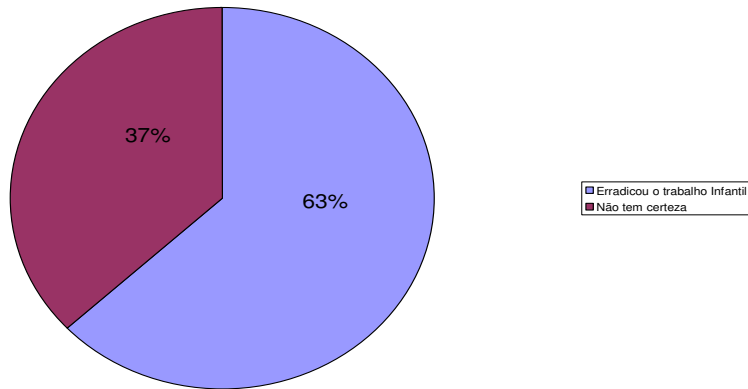
Anexo 05

Grau de Escolaridade



Anexo 06

Eficácia do trabalho



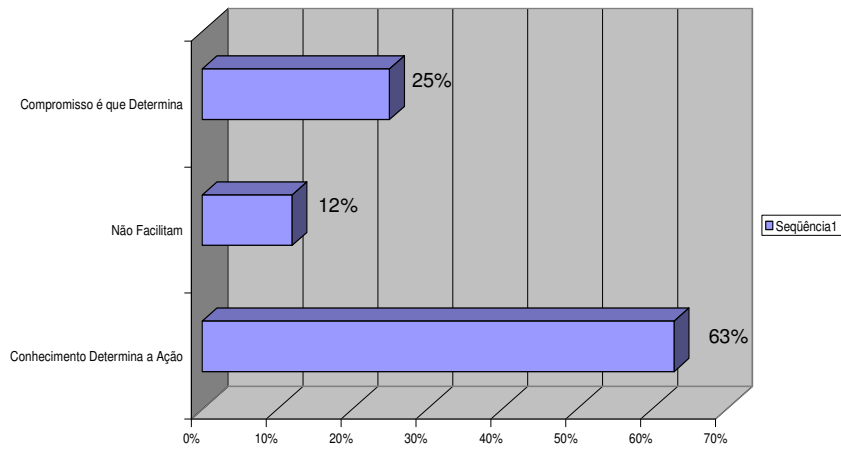
Anexo 07

Relação entre formação do dinamizador e escolha da “futura Profissão”

Ensino Médio	Sup. Inc.	Superior
57%	28%	40%
Superior	Superior	Superior
15%	22%	39%
Médio	Médio	Médio
28%	50%	21%
Fundamental	Fundamental	Fundamental

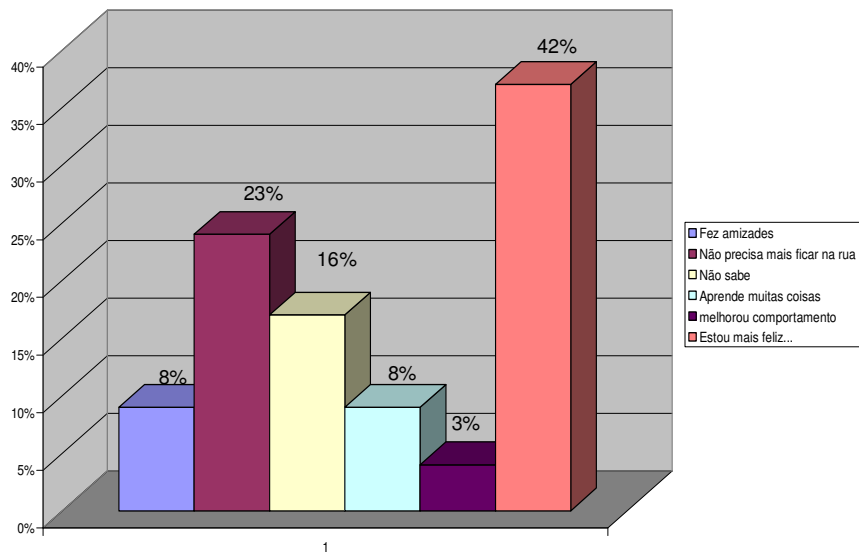
Anexo 08

Relação entre Formação e Desempenho



Anexo 09

Aspectos que o PETI contribuiu para vida



Anexo 10

O malabarista

Meu carro parou no sinal e surgiu, do nada, um menino, magrinho, 7 anos no máximo, descalço, com a bermudinha escorrida e uma camiseta de supermercado, jogando para o ar três bolinhas de tênis, num frágil malabarismo. Era mais de meia-noite: eu dentro do carro blindado e ele lá fora, diante dos faróis, sob a névoa fria do sereno. Fiquei em pânico. Se ele estivesse pedindo uma esmola, de dia, seria normal sua presença; uma esmola legitimaria uma contradição social inteligível. A esmola aceita tristemente o mundo mau como inevitável e ainda faz de nós homens “bons”. Uma esmola me salvaria, mas, ali, de madrugada, sem pai nem mãe, vi que aquele menino estava trabalhando para mim, me dando um show com todas as regras para me impressionar. Minha solidão cresceu e me senti desmascarado, acusado pela inocente presença do pequeno artista. Naquele confronto na noite, quase um duelo mudo, ele, solto, fraco, quase voando no vento, era a realidade crua do País; eu é que era o absurdo, protegido, blindado. E ele não estava pedindo caridade, pena, como fazem os mendigos, expondo chagas, gemendo de cabeça baixa. Não. Ele não queria inspirar piedade; queria apenas um pagamento por seu trabalho de operário, como se dissesse: “Eu tenho profissão, sou um menino malabarista, tenho dignidade como o senhor.” Essa igualdade profissional, de um cidadão como eu, era quase ofensiva. Eu não sabia fazer malabarismo e sua perícia me soava como uma acusação muda, revelando nossa trágica disparidade social. Será que ele queria me dar uma lição de vida, com seu malabarismo? Não, não havia traço algum de acusação contra mim; ao contrário, ele era sóbrio, concentrado no trabalho, sem exibicionismo, um profissional mostrando sua competência.

Ele parecia me dizer com sua arte: “De algum modo, sou útil. Nem sei se sou infeliz. Para mim, minha vida é normal. Os outros é que se sentem anormais na minha presença. Eu não tenho pena de mim mesmo; por isso, os outros como o senhor ficam tão culpados. As pessoas preferiam que eu não existisse. Percebo isso quando sou expulso de uma loja, ou quando ignoram minha presença. Eu estrago a festa. Às vezes, quando tem uma família com filhinhos, papai e mamãe na porta da padaria, fico bem perto deles. É uma maneira de ter uma família, só que ‘de fora’. Sou um anti-irmãozinho. Os filhos me olham, espantados. Os pais, então, têm de ‘explicar’ porque eles não são como eu... E não conseguem. Eu sou inexplicável...” E nada de o sinal abrir... “Meu Deus, tomara que fique verde logo, para eu fugir...” Eu quase pedia ao menino piedade para mim, tolerância para meus privilégios, pois, afinal, eu trabalhava também e merecia aquele carro, apesar de ele estar descalço e quase nu. E o sinal não abria. Ninguém para me salvar, ali, indefeso diante do malabarista mirim. Teria 7 anos? Por aí, idade de meu filho. Minha dor aumentava enquanto ele, impávido, jogava agora uma das bolinhas por cima do ombro, virando-se para apanhá-la nas costas, como um Ronaldinho ou Robinho. Sentia-me um prisioneiro, quase insultado por aquela invasão da miséria. “Como ousam sujar minha noite de folga, sem me pedir licença, me obrigando a sentir horrendos sentimentos? Será que não se pode mais ser feliz no Rio? Não é justo... Com que direito

ele me invade a vida? Será que ele é avião de traficantes, será que ele é filho de ladrões? E a polícia que não vê isso? E o governo que não interna essas crianças?” Tentei me consolar com o ódio ao capitalismo, mas não adiantou, pois eu era a contradição principal, eu era o agente da classe dominante, eu era o inimigo. O menino não parava de jogar para o céu as três bolinhas voadoras que, domesticadas, eram a metáfora de seu teimoso malabarismo de viver, só, miserável, magrinho, mas ainda capaz de resistir pela graça de sua arte: “Eu me viro, faço pirueta e agüento o tranco.” Havia um certo orgulho no menino. Peguei a carteira e pensei: “Vou dar uma esmola bem grande, 50 pratas!” Mas vi que eu queria apenas me salvar. Não. Não vou dar tanto, seria um reles mecanismo de purificação. Pensei então em não dar nada, porra nenhuma, para endurecer meu coração como numa ginástica interna – “Pois se eu tiver pena de tudo, morro. Para viver hoje, ‘hay que endurecer’ (sin perder la ternura?)” Depois, tentei me consolar pela comiseração pois, afinal, eu estava transtornado, e isso denotava uma forma de compaixão, de sensibilidade... Afinal, eu era legal... Mas, nada... Só o tempo me salvaria, quando o maldito sinal abrisse e eu saísse em velocidade, para tomar um uísque e esquecer. Tentei o cinismo: “Afinal, o mundo sempre foi uma bosta, Hiroshima, Iraque, África...” Mas o menino estava vivo; ele não era um conceito, não era uma contradição. Era um outro cidadão ali na noite, era um espelho meu, um semelhante. Já pensava num golpe de direção: avançaria o sinal, cantando pneus para longe dali. Foi quando o sinal abriu. O menino veio até a janela, depois de uma pobre medida de picadeiro. Trêmulo, dei-lhe R\$ 10,00s (ele era tão pequenino...) Fui generoso, mas ainda “dentro do mercado”. Ele me olhou sem medo, mas sem gratidão. Estávamos “quites”. Disse um breve “obrigado” e foi sentar-se no meio-fio, esperando outro carro. E eu fui embora, me sentindo levemente assaltado. Sim, foi como um assalto sem armas, sem dinheiro, mas fui despojado de certezas, de sossegos, me senti roubado de coragem, de esperança. E saí pensando: “Que será de mim, meu Deus?” Saí dali como de uma guerra, me sentindo um desertor. E fiz um juramento: nunca mais caio nessa. Se vierem outros, farei uma manobra e avançarei o sinal.

Jornal O Globo – 25/07/2006

Anexo 11

Relampiano

(Lenine e Paulinho Moska)

Tá relampiano, cadê neném?

Tá vendendo drops no sinal pra alguém

Tá relampiano, cadê neném?

Tá vendendo drops no sinal pra alguém

Tá vendendo drops no sinal...

Todo dia é dia, toda hora é hora

Neném não demora pra se levantar

Mãe lavando roupa, pai já foi embora

E o caçula chora pra se acostumar

Com a vida lá de fora do barraco

Hai que endurecer um coração tão fraco

Pra vencer o medo do trovão

Sua vida aponta a contramão

Tá relampiano, cadê neném?
Tá vendendo drops no sinal pra alguém
Tá relampiano, cadê neném?
Tá vendendo drops no sinal pra alguém
Tá vendendo drops no sinal...

Tudo é tão normal, tal e qual
Neném não tem hora para ir se deitar
Mãe passando roupa do pai de agora
De um outro caçula que ainda vai chegar
É mais uma boca dentro do barraco
Mais um quilo de farinha do mesmo saco
Para alimentar um novo João Ninguém
E a cidade cresce junto com neném